A SAÚDE MENTAL DO PROFESSOR NO CONTEXTO DE GLOBALIZAÇÃO NEOLIBERAL

Sidney Reinaldo da Silva – UTP - sidney.silva@utp.br
Genoveva Ribas Claro - UTP - pontodeluz.p@bol.com.br

RESUMO

Este texto analisa a questão da saúde mental do professor do ensino superior, discutindo aspectos biopsicossociais implicados no exercício da profissão e a forma como as condições de trabalho afetam a saúde do professor. A globalização do capital tem gerado transformações nas instituições que já não são mais vistas como geradoras de segurança e proteção, mas de incertezas e instabilidades. Perante essa situação, um novo perfil do profissional da educação passa a ser exigido, no sentido de produzir um agente de formação humana capaz de preparar a juventude para o mundo "globalizado". Frente às imposições neoliberais, sobretudo, a forma como o Estado vem se subordinando aos imperativos do capital, o Ensino Superior tornou-se alvo de reformas que têm afetado as condições de trabalho dos docentes tanto no âmbito das instituições públicas como das privadas. As constantes transformações ocorridas nas instituições de ensino superior acarretam certas exigências e mudanças na rotina do trabalho dos professores, que precisam se adequar as novas regras da produtividade acadêmica, marcada cada vez mais pela competitividade e pela necessidade de adequação às avaliações externas, bem como a imposição de metas por administrações que estão se distanciando da democratização e se aproximando cada vez mais da gestão estratégica regida pela lógica do mercado. Os professores, para se adequarem as novas exigências, tornam-se mais vulneráveis às doenças mentais oriundas de condições de trabalho desumanizadoras. O presente texto apresenta reflexões decorrentes de pesquisa documental e empírica realizadas em uma instituição de Ensino Superior privada de Curitiba. Objetiva-se sobretudo analisar a forma como a questão da saúde mental dos

professores é tratada em instituições de ensino superior, discutindo o mal estar psíquico relacionado ao trabalho docente, tomando como referência estudo e recomendações do sindicato dos professores do ensino superior. Trata-se de uma discussão crítica que aborda a relação professor-trabalho-saúde mental no contexto histórico neoliberal, no qual as instituições de ensino superior estão inseridas. De acordo com estudo de pedidos de afastamento do trabalho, destacou-se motivos e razões que levam professores a apresentar um quadro de insatisfação profissional e suas conseqüências para a sua saúde mental.

Palavras chave: saúde mental - professor - trabalho.

INTRODUÇÃO

O trabalho do professor encontra-se historicamente situado e sua compreensão exige situá-lo no contexto das relações sociais de produção de um dado momento. Perante as transformações do século XXI, a educação sofreu o impacto das novas formas de gestão do trabalho, sobretudo no que se refere a busca de resultados, na exigência da eficiência e da eficácia. Mas, por outro lado, a exigência de democratização da educação pública, conforme a Constituição Federal do Brasil de 1088, traz novos desafios para o professor (ADRIÃO e CAMARGO, 2001). Com isso o trabalho do professor, nas atuais sociedades capitalistas, fica suspenso entre o mercado e as exigências da comunidade, na medida em que a abertura ao local em que encontra-se inserida torna a escola mais sensível as exigências da participação da comunidade, sobretudo dos pais que atuam na definição dos rumos da escola. Contudo a democratização da gestão escolar encontra seus limites nos interesses econômicos e administrativos que muitas vezes apenas cooptam a comunidade para exercer funções não remuneradas na escola, o que de certo modo afeta também as condições de trabalho do professor.

As diversas mudanças no sistema educacional acarretam novas exigências para o professor. Este é cobrado como uns os principais formadores de cidadãos para o "mundo globalizado" e para o "mercado do trabalho". Para assumir as novas funções que o contexto social exige, diz-se que o professor necessita dominar habilidades que não redutíveis ao mero âmbito da transmissão do conhecimento, das técnicas e didáticas, mas envolvem também a capacidade de formar valores. Isso pode ser constado nas declarações da Organização Internacional do Trabalho, que definiu as condições de trabalho do professor, reconhecendo seu "papel central" na sociedade, uma vez que são os responsáveis pelo preparo do cidadão para a vida. (OIT, 1984).

As novas tendências da formação do professor buscam conformar o seu trabalho às exigências da sociedade neoliberal, cada vez mais competitiva e excludente. Contudo, ao se esforçarem, de forma individualista e competitiva, sem apoio e recurso públicos, para se adequarem às exigências da época atual, os professores tornam-se mais vulneráveis a doenças mentais, que têm afetado os que "vivem do trabalho", ou seja, a classe trabalhadora de um modo geral e, de modo específico, os docentes. O comprometimento da saúde mental do professor tende a ser cada vez mais freqüente em tal contexto, o que tem desencadeado o afastamento do trabalho, com conseqüências sobre a qualidade da educação. Este texto discute como isso tem ocorrido no âmbito do trabalho de professores do Ensino Superior privado.

O mundo do trabalho e a concepção neoliberalista.

As últimas décadas vêm sendo marcadas pelo surgimento de uma política econômica denominada neoliberalismo, que pode ser também considerada como um novo tipo de nazi-facismo (IANNI, 1998). Este é concepção liberal do Estado que exige a redução de sua esfera de ação, portanto que seja mínimo no que diz respeito a intervenção do poder público para promover políticas sociais. O mundo do trabalho, que historicamente tem sido um espaço da violência contra os mais fracos e

desorganizados, torna-se se cada vez mais brutal na sociedade neoliberal. Com isso tem-se proliferado os mais diversos tipos de violência contra o trabalhador. Estas se manifestam tanto na forma de sofrimento físico quanto mental, fato que tem se agravado cada vez mais com o desempregos e com as mais variadas formas de denominação econômica, o que tem sido cada vez mais drástico nos países periféricos.

O liberalismo[1] foi incapaz de assegurar a vida digna à maioria das pessoas, que sem garantia de emprego, recebendo salários humilhantes e trabalhando durante jornadas longas ficavam a mercê da sorte e da indiferença do Estado. Contudo, com a organização dos trabalhadores, com avanço do socialismo pelo mundo afora e com a crise do capitalismo, em especial a decorrente da quebra da bolsa de valores de New York, em 1929, ao que sucedeu o período conhecido também como a Grande Depressão, o mundo ocidental conheceu o Estado-de-Bem-Estar-Social que se caracterizou por assegurar certos benéficos e direitos aos trabalhadores, fato que amenizou o sofrimento no mundo do trabalho, sobretudo aqueles decorrentes da ameaças do desemprego, da necessidade de qualificação profissional, uma vez que políticas públicas passaram a oferecer auxílio seguro desemprego e acesso a educação aos trabalhadores. Mas com a crise do Estado-de-Bem-Estar-Social e o advento do neoliberalismo, a violência no mundo do trabalho tornou-se cada vez mais intensa.

O neoliberalismo, depois da derrocada do socialismo, apresenta um capitalismo com uma face muito mais cruel. Agora amparado pelo comércio internacional, pelos meios de comunicação de massa e pelos grandes avanços tecnológicos e de comunicação, o liberalismo tradicional passa a ser associado com a globalização. Trata-se de uma era de flexibilização das relações de trabalho, de precarização dos contratos coletivos, o que tem aumentado a degradação das condições de trabalho. Neste contexto, afirma Antunes (2001, p.15):

[1] O liberalismo clássico marcou-se como uma forma de protesto contra o estado Mercantilista e as corporações. Agora seus inimigos são compostos pelo Estado-de-Bem-Estar social, a planificação econômica, intervenção estatal na economia, elementos identificados com a doutrina keynesiana. Além do mais são considerados inimigos, sobretudo, os sindicatos dos trabalhadores. (MORAES, 1997, 16-7)

> Particularmente, nas últimas décadas a sociedade contemporânea vem presenciando profundas transformações, tanto nas formas de materialidade quanto na esfera da subjetividade, dadas as complexas relações entre essas formas de ser de existir da sociabilidade humana. A crise experimentada pelo capital, bem como suas respostas, das quais o neoliberalismo e a reestruturação produtiva da era da acumulação flexível são expressão, têm acarretado, entre tantas conseqüências, profundas mutações no interior do mundo do trabalho. Dentre elas podemos inicialmente mencionar o enorme desemprego estrutural, um crescente contingente de trabalhadores em condições precarizadas, além da degradação que se amplia, na relação metabólica entre o homem e a natureza, conduzida pela lógica societal voltada prioritariamente para a produção de mercadorias e para a valorização do capital..

O modelo econômico vigente determina os fenômenos do mundo do trabalho: o mercado dita as normas e quem não aceitar acaba sendo excluídos do mundo globalizado, competitivo e "moderno". Essa competição colocada pela nova tendência hegemônica como uma tendência inexorável, produz o sentimento de se estar em um continuo estado social de "guerra econômica", na qual estariam em jogo, a sobrevivência da nação e a garantia da liberdade dos indivíduos. Como toda a guerra utiliza-se de métodos cruéis contra as pessoas. São excluídos deforma violenta os que não estão se adequando ao mercado, denominados de despreparados para uma realidade que exige desempenhos superiores e cada vez mais qualificados. Tal guerra exige sacrifícios individuais, sendo a pobreza nada mais do que o resultado do acúmulo de pessoas incompetentes para atuarem no mundo globalizado.

A luta desenfreada pela sobrevivência, pela competitividade, combinada com a necessidade crescente de lucros fáceis incentiva a agressividade nos negócios e no trabalho. No mercado globalizado, perante sua lógica destrutiva, a pobreza apresenta-se como se fosse algo inevitável, natural. Trata-se de um mal necessário para os ideólogos do capitalismo globalizado. Dejours (2007, p. 21), afirma que a psicodinâmica do trabalho sugere que a adesão ao discurso economicista seria uma manifestação do processo de 'banalidade do mal', que foi utilizado pela primeira vez, segundo ele, pela filósofa e escritora Hannah Arendt.

O conceito de banalização se refere às ações do cotidiano, em que os indivíduos acabam por se conformar com as injustiças e com o próprio sofrimento, certos que conseguiram sobreviver. Esse processo leva a culpa e o medo da incompetência e consequentemente da exclusão social e faz com que os trabalhadores percam o espírito crítico, aceitando as imposições unilaterais e as normas ditadas pelo poder, tornando-os acomodados e apáticos nas decisões. (DEJOURS, 2007)

Dejours (2007) faz uma comparação da guerra econômica do mundo atual com o nazismo e diz que a exclusão feita pelo mercado é muito mais abrangente que a deportação feita dos judeus, visto que as pessoas deportadas podiam ir para outro lugar e reconstruir suas vidas, mas os que são excluídos do mercado de trabalho não têm para onde ir, pois é um modelo internacionalmente imposto e aceito.

No mundo globalizado, as novas exigências de adaptabilidade ao mercado evidenciam um grau relativamente alto de tensões no âmbito profissional. A partir dos recentes acontecimentos que marcaram a hegemonia do neoliberalismo, tais como a abertura econômica, a reestruturação do Estado e a flexibilização dos contratos de trabalho, todos os profissionais, independente de sua área de atuação, foram sendo forçados a adquirir um perfil adequado para competir com o mercado de trabalho, o que constituiu-se numa nova formação para os tempos sombrios da competição desenfreada.

A construção de nova 'identidade' passou a ser requisito básico para os profissionais garantirem seus empregos e até mesmo para serem

contratados quando desempregados, dela passou a depender as oportunidades de trabalho, a empregabilidade. Perante o cenário neoliberal, surgiram exigências em torno da construção um novo sujeito com 'visão globalizada'.

O mundo globalizado arrasta realidades locais, nacionais, regionais ou multinacionais, envolvendo continentes, ilhas e arquipélagos num processo de ajuste e reestruturação produtiva." Para Ianni, este universo de transformações "[...] pode ser visto como um imenso mural de lutas populares, guerras entre as nações, revoluções nacionais e revoluções sociais." (IANNI, 2006, p. 47). Assim, estamos defrontando com processos de dominação e resistências que perpassam todas as sociedades.

É importante destacar que este processo de transformações foi abalando e reajustando os processos de trabalho as exigências de maximização da produtividade, gerando sensações de mal-estar de diversas ordens. Nesse sentido, destaca Trivinho (2001, p.106) que ocorreu a

> ... predominância de estruturas mentais, libidinais e corporais submetidas ao fardo das tensões diárias, resultantes do agravamento das sobrecargas de pressões (tanto mais endógenas, quanto exógenas) em função das necessidades de todo tipo de cuidado ou alerta, formal ou informal, relacionado à esfera do trabalho, ao espaço doméstico e ao que vigora nas ruas.

Segundo Dejours (1992), a organização do trabalho é geradora de patologia, na medida em que executar uma tarefa sem envolvimento afetivo exige esforço muitas vezes não suportado pelo trabalhador. O autor fala de dois tipos de sofrimento: o sofrimento criador e o sofrimento patogênico. Este último surge quando todas as possibilidades de transformação, aperfeiçoamento e gestão da forma de organizar o trabalho já foram tentadas e só restam as pressões fixas, rígidas repetitivas e frustrantes configurando uma sensação generalizada de incapacidade.

Juntamente com a violência física decorrente da adaptação do corpo do trabalhador as novas rotinas da produção flexível, a violência moral que afeta o trabalho não é fenômeno novo, podendo mesmo dizer que ela é tão antiga quanto o próprio trabalho. Com a globalização e a conseqüente flexibilização das relações trabalhistas intensificou-se a gravidade, generalizando, intensificando e mesmo acentuando a banalização do problema. (DEJOURS, 2007)

Quando a pessoa não percebe que sua condição de sofrimento está intrinsecamente ligada à injustiça social, a possibilidade de se mobilizar coletivamente se torna diminuída , pois não se percebe que outra condição saudável de sobrevivência é possível de ser criada. Essa atitude ligada ao individualismo leva a redução dos vínculos solidários entre os pares, ficando significativamente prejudicadas as possibilidades de resistência coletiva a banalização do mal estar no trabalho. Em tal contexto, o indivíduo desamparado fica vulnerável a precariedade e acaba por se se responsabilizar por sua condição, potencializando seu sofrimento, na medida em que tal atitude acentua o desenvolvimento dos sentimentos de autopunição, culpa e desvalia. A flexibilização do trabalho tem acentuado também o mal estar nas relações entre as pessoas no ambiente de trabalho, o que tem afetado também a qualidade de vida da pessoa em seu dia fora do trabalho. Destaca-se neste caso o que passou a ser denominado de assedio moral.

Assédio Moral: uma dor silenciosa

O assédio moral é um problema que vem se agravando ao longo dos tempos. Trata-se de uma séria violência contra o trabalhador e consequentemente contra sua família. É uma violência perversa, que não privilegia nenhum lugar para acontecer, não se caracterizando por ser um mal do "primeiro mundo". No Brasil, o assédio moral encontra espaço em todas as áreas de atuação, inclusive no ensino superior.

No Brasil, a expressão "assédio moral" surgiu no campo do direito administrativo municipal, em 1999, no Projeto de Lei sobre Assédio Moral

da Câmara Municipal de SP, voltado para o funcionalismo. Foi inspirado na pesquisa de Marie-France Hirigoyen, publicada com o título *Le harcèlement moral*: la violence perverse au quotidien (1998), que conceitua como "toda e qualquer conduta abusiva, manifestando-se sobretudo por comportamentos, palavras, atos, gestos, escritos que possa trazer dano à personalidade, à dignidade ou à integridade física ou psíquica de uma pessoa, pôr em perigo seu emprego ou degradar o ambiente do trabalho" (HIRIGOYEN, 2002, p. 65).

Uma pesquisa de Barreto (2000), relacionada ao contexto brasileiro, sobre a jornada de humilhações dos empregados adoecidos no trabalho tive muita repercussão. Segundo Barreto (2000, p. 2), assédio moral seria "exposição prolongada e repetitiva a condições de trabalho que, deliberadamente, vão sendo degradadas. Surge e se propaga em relações hierárquicas assimétricas, desumanas e sem ética, marcadas pelo abuso de poder e manipulações perversas."

O assédio moral pode ser caracterizado nas seguintes atitudes no trabalho; rebaixar outra pessoa para demonstrar poder; restringir o funcionário a possibilidade de falar e de participação, levando este a um sentimento de impotência, desespero, baixa auto-estima, sentimento de inutilidade em que "...a relação homem e organização do trabalho fica bloqueada, começa o domínio do sofrimento – e da luta contra o sofrimento" (DEJOURS, 2007, p. 15)

O sofrimento se torna oculto e se manifesta em forma de patologia afetando a saúde física e mental do trabalhador, sendo não mensurável por ser subjetivo, mas real pois, são vivenciadas no dia-a-dia do ambiente de trabalho. Segundo Dejours (2007) a psicodinâmica do trabalho refere-se a distância entre a organização prescrita e a organização real do trabalho que pode acarretar problemas na saúde, na segurança e na qualidade do que é produzido. A organização do trabalho autoritária, que não oferece uma saída apropriada à energia pulsional, conduz um aumento da carga psíquica e consequentemente no adoecimento, tanto físico como psíquico.

Com o mercado de trabalho cada vez mais competitivo, em que as pessoas, em especial as sem qualificação profissional segundo as

exigências do meio em que se encontra atuando, se sentem constantemente ameaçadas. Trata-se de um ambiente de trabalho em que se instalam agressões aparentemente sutis. Contudo, isso é um processo muito complexo. Nos casos mais graves os assediados sofrem de depressão profunda e muitas vezes, são levados ao suicídio.

Relacionados as relações de poder no trabalho, o assédio moral é uma forma de dor silenciosa, que inicia com insinuações e passa a permear as relações de trabalho.

As estratégias do agressor, segundo Reis (2006) pode ser assim entendidas:

- Escolher uma vítima e isolar do grupo.
- Impedir a expressão e não explicar o porquê.
- Fragilizar, ridicularizar, inferiorizar, menosprezar em frente aos pares.
- Culpabilizar/responsabilizar publicamente, podendo os comentários de sua incapacidade invadir, inclusive, o espaço familiar.
- Desestabilizar emocional e profissionalmente, de modo que a vítima vá perdendo simultaneamente sua autoconfiança e o interesse pelo trabalho.
- Destruir a vítima (desencadeamento ou agravamento de doenças pré-existentes). A destruição da vítima engloba vigilância acentuada e constante. A vítima se isola da família e amigos, passando muitas vezes a usar drogas, principalmente o álcool.
- Livrar-se da vítima que é forçado/a a pedir demissão ou é demitido/a, freqüentemente, por insubordinação.
- Impor ao coletivo sua autoridade para aumentar a produtividade.

O assédio moral pode caracterizar pelos baixos salários, as precárias condições de trabalho, o autoritarismo, entre outros fatores. A problemática acerca do bem estar dos trabalhadores, principalmente os que trabalham com pessoas, professores, enfermeiros, assistentes sociais, vem tomando, cada vez mais acentuada, visto que algumas atividades do mundo moderno podem levar o profissional à perda de auto-estima, desprezo por sua profissão, ao absenteísmo e abandono da profissão.

Segundo Barreto (2000) o assédio moral se dá de duas formas:

Vertical - relações autoritárias, desumanas e aéticas onde predominam os desmandos, a manipulação do medo, programas e projetos que estimulam a competitividade e a produtividade, e;.

Horizontal - as reformas do estado ditadas pela globalização da economia provocam maior arrocho salarial no funcionalismo, o que leva ao aumento da jornada de trabalho através de horas-extras.

As universidade públicas e privadas sofrem muito com as condições que se apresentam na atualidade, tornando o trabalho um fardo difícil de ser levado e causando sérios problemas de saúde. Inclusive a depressão, stress e a síndrome de Burnot, como doença própria das condições de trabalho. As principais características da situação do professor universitário na atualidade pode ser identificadas como uma correlação daquilo que Freitas (2002) afirmou sobre a formação do professor na era neoliberal:

> Estamos assim vivenciando, pelas políticas de formação, concepções que, pela desresponsabilização do Estado do financiamento publico, pela individualização das responsabilidades sobre os professores, pela centralização da noção de certificação de competências nos documentos orientadores da formação de professores, revelam um processo de flexibilização do trabalho docente em contraposição à profissionalização do magistério, condição para uma educação emancipadora das novas gerações. (Freitas, 2002, p. 162)

Essa condição do profissional da educação muitas vezes gera comportamentos agressivos e de indiferença frente às necessidades e sofrimento dos outros. Ela destrói laços de solidariedade e companheirismo e a perspectiva de trabalho coletivo, fundamental no processo pedagógico.

A saúde mental do docente

Ensinar por si só já é uma atividade estressante e dependendo do grau de estresse em que a pessoa é submetida tem conseqüências diretas na saúde mental e física. Frente a isso, a dimensão crítica da pesquisa na área da educação reconhece um contexto histórico que exige retomar algumas fases importantes da relação do professor, trabalho e saúde associados ou não as transformações ocorridas pelas reformas administrativas da IES, da qual direta e indiretamente colabora com a baixa auto-estima e o mal estar do docente.

As transformações correlacionadas com a gestão da educação devem estar vinculadas aos valores culturais da sociedade, preservando alguns fatores e possibilitando o advento de uma nova configuração das coisas.

> Todo planejamento educacional, para qualquer sociedade, tem que responder às marcas e aos valores dessa sociedade. Só assim é que pode funcionar o processo educativo, ora como força estabilizadora, ora como fator de mudança. Às vezes, preservando determinadas formas de cultura. Outras interferindo no processo histórico, instrumentalmente. De qualquer modo, para ser autêntico, é necessário ao processo educativo que se ponha em relação de organicidade com a contextura da sociedade a que se aplica. (FREIRE, 2002 p. 10).

Medidas revolucionárias são mais suscetíveis de aceitação se estiverem vinculadas a tradições revolucionárias de um povo, se estiverem sendo formuladas de modo democrático. Neste sentido é que a realidade pode ser mudada de forma radical e de modo que as mudanças contem com o apoio e a participação de todos que, de fato, são afetados por ela. Contudo, nas atuais instituições sociais, em especial as de ensino superior,

mudanças radicais na gestão são impostas, sem que sejam consultados os professores e os demais profissionais da educação que nelas atuam. Trata-se, neste último caso, de uma radicalidade que se refere apenas à lógica da produção, à maximização de lucros, no caso das IEs particulares ou privadas.

Diante dessas tendências da gestão da educação são apresentadas agora reflexões teóricas que decorrem da pesquisa documental e empírica que objetivou verificar as aflições e preocupações de docentes no ambiente da IEs sob o contexto da globalização neoliberal, que acarretam o desgaste emocional na profissão.

Toma como referência a investigação empírica realizada em uma universidade privada de grande porte, na cidade de Curitiba, estado do Paraná, Brasil. A base da coleta de dados foi a aplicação de questionários junto a professores do ensino superior. A instituição pesquisada tem cerca de 300 professores, dos quais 70 responderam aos questionários aplicados.

Os dados coletados e analisados evidenciam que 52,7% docentes entrevistados estão no início da docência universitária, entre 1 a 10 anos; sendo que os professores que continuam na profissão docente a mais de 20 anos são apenas 15,8%. Muitos jovens professores apresentam expectativas em continuar a trabalhar numa universidade. Mas diante das diversidades poucos professores continuam se dedicando exclusivamente ao ensino superior. No quadro da instituição investigada, a grande maioria 57,9% dos professores tem outros empregos ligados ou não a educação, apenas 36,9 % tem dedicação exclusiva.

Percebe-se neste contexto muita competitividade entre os professores, principalmente entre aqueles que não estão consolidados no mercado de trabalho. Verifica-se que 47,3% dos professores que responderam aos questionários estão em constantes atividades acadêmicas em busca de aperfeiçoamento. Destes 66,6% não tem mais de 10 anos na docência universitária. Conforme o teor de certos relatos, os professores vivenciam e reagem deforma isolada a falta de estabilidade na IES, cada um assumindo a responsabilidade pela própria qualificação. Trata-se de uma situação profissional em que os que são considerados melhor

qualificados são virtualmente uma ameaça ao emprego ou a carga horária do considerado mesmo qualificado. Isso afeta a perspectiva profissional dos professores.

Dos professores entrevistados 26,3% pensa realmente em desistir da docência no ensino superior, isto devido a falta de estrutura e reconhecimento por parte das IEs, pela desconsideração mutua entre os próprios colegas de profissão, mas principalmente devido aos baixos salários e também ao comportamento dos alunos, considerado como inadequado. No entanto, 68,5% não pensam em desistir da profissão apesar das dificuldades apresentadas, como o desgaste mental para manter a qualidade de ensino, falta de políticas públicas educacionais, despreparo dos alunos que ingressam no ensino superior, falta de qualificação dos docentes e instabilidade de emprego. Muitos professores estão insatisfeitos devido à política de trabalho horista, que exige muito mais do professor e não lhe traz estabilidade, pois a cada semestre sua carga horária sofre modificações, segundo a relação do número de matriculas, ou seja, conforme o mercado, a procura pelo "serviço" educacional.

Em relação à necessidade à licença devido a motivos de saúde, 94,7% dos professores não se afastaram. No entanto, 84,2% já pensaram em tirar licença devido ao desgaste emocional no trabalho. Tem-se que muitos professores estão sofrendo silenciosamente, e, devido à angustia frente à instabilidade no emprego, não manifestam o pedido de afastamento.

Nota-se que, em conformidade com as tendências ligadas ao processo de transformações recente do ambiente acadêmico, professores manifestam insatisfação com o trabalho, revelando também serem afetados por mal-estar físico e mental. Tem-se que os docentes enfrentam em seu dia-a-dia muitos desafios como: desestruturação da IEs, desmotivação dos alunos, acúmulo de tarefas e agressividade, em que o professor torna-se "refém" do aluno, estes fatores entre outros geram um mal estar docente, na medida em que o professor se sente impotente para resolver os problemas que enfrenta em seu ambiente de trabalho. Sobretudo, são relatadas situações de angustia frente a ma série de mudanças que surgem

de forma imprevista na prática do docente e que passam a exigir a adequação a novos parâmetros na relação professor/aluno, professor/IEs.

> Quando o rearranjo da organização do trabalho não é mais possível, quando a relação do trabalhador com a organização do trabalho é bloqueada, o sofrimento começa: a energia pulsional que não acha descarga no exercício do trabalho se acumula no aparelho psíquico, ocasionando um sentimento de desprazer e tensão. (DEJOURS et al. 2007, p. 29).

Durante a pesquisa observou-se que os males mais significativos que afetam o professor do ensino superior é o estresse em 57,8% dos docentes entrevistados, seguidos da depressão em 21% e ansiedade em 10,5%, entre outros apontados como: cansaço mental, esquecimentos, insônia, baixa auto-estima, síndrome de pânico e desgaste físico.

O estresse ocupacional constitui uma experiência de desprazer, associado a sentimentos de frustração, tensão e ansiedade, desencadeados por fatores hostis no ambiente de trabalho. Atualmente o estresse ocupacional está relacionado com a saúde mental e física do professor, bem como a redução da assiduidade no trabalho. Conforme Jesus(2007), existem fatores causadores do estresse que estão relacionado com o modo de vida do professor. Estes influenciam e são influenciados diretamente pelo contexto profissional:

> -ritmo de vida acelerado, quase alucinante em que se tem de responder rapidamente a constantes novas solicitações:
> - os ambientes altamente competitivos, em que muitas vezes os fins justificam os meios, resultando na parte de valores humanos, como a solidariedade e a cooperação;

> - em particular, a instabilidade profissional – a falta de garantia de permanência no local do trabalho (...);
> - sentimento de falta de controle ou de incerteza face aos resultados pretendidos, isto é, o alcance destes depende muitas vezes de fatores que não se controla. (JESUS, 2007, p. 12).

Para os professores do ensino superior estes fatores ligados ao mal estar afetivo e psicológico estão relacionados principalmente com as cobranças e pressões da IES, bem como a falta de apoio da gestão. Outro fator importante é o individualismo entre os professores, nota-se que os professores sentem-se numa condição fragmentada dentro do contexto educacional do ensino superior. Devido ao regime horista, o professor não tem o comprometimento com a IES e responsabiliza-se apenas pela sua disciplina, não existe condições para o interdisciplinar. Outros fatores levantados pelos professores foram o regime horista, a política de resultados, o comportamento dos alunos, falta de infra-estrutura, muitos alunos por turma, carga horária excessiva e competitividade. Isso expressa uma a forma como o professor esta submetido à instituição, o modo como ele não pode participar de sua gestão e influenciar as condições de seu trabalho, mesmo quando apresenta elevadas condições para fazer isso. Conforme Enguita (!990), p.161),

> Os professores estão submetidos à autoridade de organizações burocráticas, sejam elas públicas ou privadas, recebem salários que podem ser caracterizados como baixos e perderam praticamente qualquer capacidade para determinar os fins de seus trabalhos. No entanto, continuam desempenhando tarefas de alta qualificação – comparativamente com o conjunto dos trabalhadores assalariados – e mantém

> grande parte do controle sobre seu processo de trabalho.

A imagem do docente está afetada perante à sociedade. Há um período não muito distante ele era considerado um profissional altamente preparado para disseminar os valores culturais e as crenças arraigadas pela sociedade, porém, com passar dos tempos, essa imagem foi perdendo seu significado. Neste contexto, observa-se a grande importância em refletir sobre as experiências vivenciadas pelos professores por muitas gerações, que se expressam sobre as mais variadas narrativas a respeito do seu campo de trabalho. Entende-se que estas experiências são valores indispensáveis e relevantes na prática da educação.

> No passado dizer "eu sou professora ou professor" trazia a tona uma identidade carregada de orgulho profissional. A profissão de educar tinha prestígio social. Em primeiro lugar a valorização da profissão remetia a um importante papel atribuído à educação na integração social, no contexto da formação do estado nacional e dos esforços destinados a produzir uma identidade nacional. (CODO, 2006, p.70)

De acordo com Esteve (1999, p. 190) as diversas tensões no trabalho docente depende do envolvimento pessoal com o qual o professor enfrenta a docência. "Essa mesma implicação pessoal que antes aparecia como fonte de auto-realização apresenta, portanto, ao educador uma ambivalência; tornando-se paradoxalmente a cara e a cruz de sua atividade educadora". A crise do trabalho docente expressa a crise de uma sociedade

CONSIDERAÇÕS FINAIS

Para Esteve (1999), a mais significativa mudança ocorrida no papel do professor está relacionada ao que denomina de "avanço contínuo do saber". Não se trata somente da necessidade de atualização contínua, mas sim da renúncia a conteúdos e a um saber que vinha sendo de seu domínio durante anos. Os professores devem incorporar conteúdos que nem sequer eram mencionados quando começaram a exercer esta profissão. O professor que resiste a estas mudanças, que ainda pretende manter o papel de modelo social, o de transmissor exclusivo de conhecimento e o de hierarquia possuidora de poder tem maiores possibilidades de ser questionado e de desenvolver sentimentos de mal-estar. As transformações ocorridas no mundo globalizado atingem Instituições do Ensino Superior e os professores precisam se adaptar rapidamente ao novo papel, os que têm resistência a se adequarem a nova realidade vivenciam um mal estar com isso desenvolvem algumas psicopatologias ligadas a profissão docente.

Contudo é necessário levarem conta, que esta forma de focalizar o trabalho do professor e a sua atualização profissional pode jogar para ele a responsabilidade pela sua formação, o que tem sido uma estratégia neoliberal para se não investir em políticas públicas de formação, de qualidade, inicial e continuada de professores. A realidade da grande maioria dos professores mostra que a pressão competitiva e a forma precária do contrato de trabalho docente que prevalece nas IEs privadas minam as condições de atualização contínua do professor, sobrecarrega-o, culpando-o e tornando-o angustiado aponto de não se sentir bem na profissão que escolheu e desta lhe causar males não só psíquicos como sociais e existenciais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADRIÃO, T; CAMARGO, B. A Gestão democrática na Constituição Federal de 1988. In: PORTELA, R. ADRIÃO. T. (Orgs.) **Gestão, financiamento e direito à educação: uma análise da LDB e da Constituição Federal**. São Paulo: Xamâ, 2001.

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho.** 5. ed. São Paulo: Boitempo, 2001.

BARRETO, Margarida M. S. **Uma jornada de humilhações**. 2000. 266 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social) - PUC, São Paulo, 2000.

CODO, W. (Org.). **Por uma psicologia do trabalho**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2006.

DEJOURS, C. ***A* banalização da injustiça social.** Trad. L. A. Monjardim. Rio de janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2007

_____. **A Loucura do Trabalho: estudo de Psicopatologia do Trabalho**. 5ª edição São Paulo: Cortez-Oboré, 1992.

ENGUITA, M.F. **La escuela a examen.** Madrid, Eudema, 1990.

ESTEVE, J..M. **O mal-estar docente: a sala de aula e a saúde dos professores**. São Paulo: EDUSC , 1999

FREIRE, P. R. N. **Educação e atualidade brasileira**. 2. ed. São Paulo: Cortez; Instituto Paulo Freire. 2002.

FREITAS, H. C. Formação de professores no Brasil: 10 anos de embate entre projetos de formação. **Educação e Sociedade.** N. 80, vol. 23, set./2002, p.137-168.

JESUS, S. N. de. **Professor sem Stress: Realização e bem-estar docente**. Porto Alegre: Mediação. 2007.

HIRIGOYEN, Marie-France. **Assédio moral: a violência perversa no cotidiano**. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertand Brasil, 2002.

IANNI, O. **A teoria da Globalização.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

_____ Neoliberalismo e nazi-facismo. **Crítica Marxista**. V. 1, t. 7, 1998.

MORAES, R. C. **Liberalismo e neoliberalismo. Uma introdução comparada**. Campinas: UNICAMP, 1997.

REIS, E. J. E. B. dos et al. **Docência e exaustão emocional. Educação e Sociedade**, Campinas, v.27, n. 94, p. 229-253. jan./abr. 2006.

TRIVINHO, Eugenio. **O mal-estar da teoria**. São Paulo, Quartet, 2001.